



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 65415 - DF (2020/0349965-3)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**RECORRENTE : FABIANI CHRISTINE SILVA BARBOSA RODRIGUES**  
**ADVOGADOS : PEDRO MACHADO DE ALMEIDA CASTRO E OUTRO(S) -**  
**DF026544**  
**OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI - DF032163**  
**VINÍCIUS ANDRÉ DE SOUSA - DF060285**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E**  
**TERRITÓRIOS**

### **DECISÃO**

Cuida-se de recurso ordinário em mandado de segurança com pedido de liminar interposto por FABIANI CHRISTINE SILVA BARBOSA RODRIGUES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado:

AGRAVO INTERNO - NÃO ADMISSÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA - DECISÃO JUDICIAL - PREVISÃO DE RECURSO PRÓPRIO - AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA - NÃO CONHECIMENTO DE APELAÇÃO - IMPUGNAÇÃO DE DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO - PERDIMENTO DOS BENS - DECORRÊNCIA DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA.

1) Nos termos do art. 5º, II, da Lei 12.016/2009, é inadmissível o mandado de segurança contra 'decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo'. Além disso, conforme orientação jurisprudencial consolidada, em regra não cabe mandado de segurança contra decisão judicial, pois tal ação não pode ser utilizada como sucedâneo recursal, exceto em se tratando de pronunciamento manifestamente eivado de ilegalidade, teratologia ou abuso de poder.

2) Na decisão referente ao incidente de restituição de bens há pronunciamento de mérito, permitindo inclusive a interposição de apelação. Reveste-se da imutabilidade da coisa julgada a decisão proferida em incidente de restituição, não sendo viável nova análise a respeito da matéria se mantida a mesma situação fática e jurídica.

3) 'Ao mesmo tempo em que impede o enriquecimento ilícito do imputado, o sequestro assegura que se operem os dois efeitos extrapenais da sentença condenatória transitada em julgado, previstos no art. 91, I e II, b, 2ª parte, do CP, quais sejam: reparação do dano causado pela infração penal e perda dos bens adquiridos com o produto da prática criminosa' (Avena, Norberto. Processo Penal. Ed. Método. 6ª Edição. Pg. 390). Assim, independentemente da declaração de perdimento, os bens sequestrados são destinados a tal consequência, como decorrência natural da sentença condenatória.

A recorrente alega que a determinação de bens lícitos apreendidos na ação penal a que responde constitui constrangimento ilegal, até porque "os valores somados ultrapassariam o estimado pelo Ministério Público em sede de denúncia, bem como o valor da condenação" (fl. 2.760).

Sustenta que "as ilegalidades vislumbradas no momento da impetração do mandado de segurança ainda subsistem e devem ser retificadas, posto que a recorrente não deve arcar com o ônus de dupla punição, se seus bens são lícitos e jamais foram considerados proveito, produto ou instrumento de delito" (fl. 2.764).

Requer, ao final, a suspensão dos efeitos da decisão que "determinou o prosseguimento do perdimento e alienação dos bens de Fabiani Christine, bem como de sua empresa, até o julgamento do mérito desta ação" (fl. 2.776).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar exige a satisfação simultânea de dois requisitos: *fumus boni juris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos expendidos na inicial; e *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida,

Na espécie, verifica-se que o *periculum in mora* não está evidenciado. Não há risco de ineficácia de eventual concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida. Também não há, na peça processual do recurso ordinário em mandado de segurança, nenhuma justificativa sobre a urgência no deferimento liminar.

A plausibilidade jurídica do pedido também não se verifica de plano, já que a questão da determinação sobre o perdimento dos bens não foi considerada teratológica, motivo pelo qual do *writ* nem mesmo se conheceu.

Ademais, o pleito em análise confunde-se com o próprio mérito da impetração, cuja análise pormenorizada compete ao colegiado no momento oportuno.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Tendo em vista a manifestação da parte, dando cumprimento ao despacho de comprovação do recolhimento do preparo, o feito encontra-se regular.

Ante o exposto, distribua-se o processo, em razão de a hipótese dos autos não se enquadrar nas atribuições da Presidência, previstas no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente